

A Senegâmbia e a construção do discurso colonial no “Tratado Breve dos Rios da Guiné”, de André Álvares Almada, 1594

FRANCISCO AIMARA CARVALHO RIBEIRO*

Em entrevista com Michel Foucault sobre a geografia, publicada em **A microfísica do poder**, Herodote afirma que a proposta de inventariar é onipresente no discurso geográfico. Este, por sua vez, não teria grande interesse científico, mas possuiria valor estratégico (para quem ou para o quê). Segundo Herodote, “o poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que ele [o poder], [...] é capaz de utilizar”.¹

Assim, Herodote continua, “compreende-se melhor a pouca importância epistemológica dos trabalhos geográficos; enquanto que [...] são de uma utilidade considerável para os aparelhos de poder”. Segundo ele, tanto os viajantes do século XVII quanto os geógrafos do XIX “eram na verdade agentes de informações que coletavam e cartografavam a informação, informação [sic] que era diretamente explorável pelas autoridades coloniais, os estrategistas, os negociantes e os industriais”.

Penso que colocar os viajantes do século XVII e os geógrafos do século XIX dentro da mesma dinâmica a serviço do Estado, de negociantes ou de industriais configura um anacronismo, mas podemos partir daqui para demonstrar as diferenças entre os dois discursos. Essas diferenças são em grande medida devidas aos seus diferentes tempos. Como ficará demonstrado, o poder europeu em relação à África e, naturalmente, o seu discurso é um antes do Estado liberal e da Revolução Industrial e outro completamente distinto após estes dois fenômenos. Os estados europeus de Antigo Regime não tinham meios, condições nem demanda para empreender a conquista africana. Pelo contrário, precisavam de sua parceria comercial para empreender a conquista e povoação da América.

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisa financiada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

¹ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2007. pp 153.

Dito isso, podemos passar ao relato de Almada e discutir a sua importância estratégica para o comércio e a sobrevivência da colônia de Cabo Verde. Penso que o objetivo principal do Capitão André Álvares de Almada ao publicar, em 1594, o **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**² era interessar a monarquia ibérica pela causa dos habitantes Santiago do Cabo Verde de manter o controle sobre o *resgate*³ na Senegâmbia. Ao “escrever algumas cousas dos Rios da Guiné [e] Cabo Verde, começando do Rio Sanagá (sic) até a Serra Leoa que é o limite da ilha de Santiago”, o autor fornece preciosa descrição dos povos e das potencialidades comerciais da Costa, até porque alega que destas partes sabe honestamente das coisas e que, no que tivera dúvidas, se informara com “algumas pessoas práticas e nas ditas partes versadas”.

De fato, Almada conhecia bem a região. Mulato nascido em Cabo Verde, ele foi, assim como seu pai, Ciprião Álvares de Almada, armador de navios em Santiago para o resgate nas costas da Guiné. O capitão viajou e tratou por muitos rios, segundo seu próprio testemunho, metendo-se por muitas léguas e, sobretudo, se informado sobre as dúvidas acerca da terra com os portugueses (ou poderiam ser luso-africanos?) lá instalados, a quem ele chama de “homens nossos práticos nas ditas partes”, assim com “os próprios negros” sobre seus juízos e costumes.

Embora não fosse o único, o principal produto da região era o escravo e o que estava em jogo naquele momento era a sobrevivência de Cabo Verde como principal entreposto escravista para as Américas. De fato, os cabo-verdianos vinham, então, perdendo mercados para ingleses e franceses, ficando reduzidos ao trato ao sul, em Cacheu. Para poder acompanhar bem o real sentido do relato de Almada, é preciso entender o papel de Cabo Verde como entreposto de cativos e dos lançados ou

² ALMADA, A. “Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajes, juramentos, guerras...”. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**. 2ª série. Volume III. Doc. 92. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

³ O termo resgate traduz com precisão a justificativa teológica para a escravização e comércio de negros e mouros. Segundo Mariza Soares, “a noção de resgate está associada a salvação dos povos gentios. Os portugueses compram africanos supostamente condenados a morte garantindo-lhes a vida e a possibilidade de salvação das suas almas”. SOARES, M. de C. **Devotos da cor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.241.

tangomaos – chamados por Almada de os “homens nossos práticos nas ditas partes no tráfico” – como agentes no tráfico Atlântico de escravos.

Segundo Gonzalo Aguirre Beltrán, “o tráfico de escravos não adquiriu importância até depois de os portugueses atingirem o Cabo Verde e cessarem de depender dos muçulmanos para satisfazer suas necessidades de mão-de-obra.”⁴ Beltrán se debruça sobre as origens tribais dos escravos no México. Ele atribui ao antigo costume romano de indicar a origem dos cativos em seus contratos de compra e venda o fato de hoje podermos estudar a procedência dos cativos que formaram a principal força motriz da colonização americana.⁵ Enquanto durante o período de vigência do tráfico atlântico este costume servia para determinar características somáticas e peculiaridades psicológicas dos cativos entendidos como mercadorias – a altura e força ou sua disposição para o trabalho, por exemplo⁶ –, nos dias de hoje

fornece a chave que nos revela que culturas africanas intervieram na integração do complexo colonial da Nova Espanha. Os negros não só tiveram uma contribuição biológica, mas, como portadores de cultura, eles também ofereceram uma bagagem cultural, os restos da qual ainda estão presentes no México. **A determinação da origem desses sobreviventes só será possível quando soubermos de quais culturas são derivados.**⁷
(grifo meu)

Se esta preocupação com as origens dos cativos serve para entender a América de hoje, acredito, como disse, que ela é ainda mais importante para o entendimento da construção do circuito atlântico de tráfico de escravos, no qual o arquipélago de Cabo Verde e seus colonos tiveram participação fundamental como agentes pioneiros e intermediários. Investigar as origens dos cativos africanos comerciados ao longo do XVI e princípios do XVII corresponde, na verdade, a investigar os limites da atuação

⁴ BELTRAN, G. A. **The Rivers of Guinea.** *The Journal of Negro History*, Vol. 31, Nº 3, pp. 290-316. (Jul. 1946). p. 290. “The slave trade did not acquire importance until after the Portuguese navigators reached Cape Verde and ceased from that time to depend on the Mohammedans to meet their labor needs”. (tradução minha).

⁵ BELTRAN, G. A. **Historical Background.** *The Journal of Negro History*, Vol. 31, Nº 3, pp. 269-289. (Jul. 1946). p. 269.

⁶ Aqui, mais uma vez, o discurso produzido sobre o africano o define e estigmatiza.

⁷ Idem. Ibidem. 269- 270. “it provides the key which discloses to us which African cultures intervened in the integration of the new-Spanish complex. Negroes not only afforded a biological contribution but, bearers of culture, they also offered a cultural bearing, the survivals of which are still present in Mexico. The determination of the origin of these survivals will only be possible when we know the cultures from which they are derived”. (tradução minha).

dos comerciantes de Cabo Verde. O próprio Aguirre Beltrán se refere a Santiago do Cabo Verde como “o mais importante centro de comércio de escravos no século XVI” e que os “negros do Cabo Verde”, como eram chamados no México, eram de fato os “negros da Guiné”,⁸ trazidos dos “rios da Guiné”, expressão usada por Almada para designar a região entre o Cabo Verde e a atual Serra Leoa.

Em fins do século XVI, Almada é designado procurador pela Câmara da Ribeira Grande de Santiago para advogar junto ao Rei as causas dos vizinhos de Cabo Verde. A principal queixa dos cabo-verdianos era o abandono de uma região tão produtiva para a Coroa ibérica – neste momento estava em vigência a União Ibérica, 1580-1640 – diante das investidas de negociantes de franceses, ingleses e holandeses. Para fortalecer a presença portuguesa na região, Almada chega a sugerir o investimento na colonização da Serra Leoa, onde tantos moradores de Cabo Verde haviam se lançado à própria sorte, em detrimento do investimento na colonização do Brasil. O fato de essa demanda não ter sido atendida é mais um indicativo da impossibilidade da conquista africana naquele período. Mesmo no século XX, Portugal encontrou sérias dificuldades para se impor aos africanos, em 1915, o capitão de Cacheu foi cercado e sitiado em sua fortaleza por se recusar a pagar foro de chão aos poderes locais.⁹

O propósito do tratado de Almada, a meu ver, parece ser a reivindicação política dos vizinhos de Cabo Verde por mais atenção por parte da Coroa Ibérica.¹⁰ Para dar argumentos ao propósito de sua obra, Almada é minucioso em sua descrição. O **Tratado** está dividido em dezenove capítulos, cada um apresentando um povo ou costume específico da Costa da Guiné.

⁸ BELTRÁN, G. A. **The Rivers of Guinea**. *Op. Cit.* (Jul. 1946).

⁹ Sobre isso, ver PELISSIER, R. **História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia, 1841-1936**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

¹⁰ Mais tarde, vários naturalistas teriam usado suas obras literárias como forma de receberem mercês régias e ascenderem socialmente, entretanto, Almada foi feito Cavaleiro de Cristo por seus serviços como capitão de companhia na defesa de Santiago contra os franceses e não parece ter trocado a pena pela espada. Sobre os naturalistas do XVIII, ver: RAMINELLI, R. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo à distância**. Rio de Janeiro: Alameda, 2008.

Ele inicia o Tratado descrevendo os rios da Guiné como uma espécie de ilha, pois se acreditava que estes rios nada mais eram do que os afluentes do rio Níger que corriam para o oeste através dos reinos do Mali e de Timbuctu até desembocarem no oceano, divididos em sete “braços”, desde a baía de Arguim até Bissau. Somente entre 1795 e 1797, Mungo Park estabeleceu o fato de que o Níger corre do oeste para o leste, e não o contrário.¹¹

Quando os portugueses chegaram a esta região, os primeiros povos com os quais tiveram contato e comerciaram foram aqueles que habitavam na costa em frente ao arquipélago de Cabo Verde, entre os rios Senegal e Gâmbia. Estes povos estavam organizados sob a administração da Confederação dos Jalofos, que dominava a região a partir do interior e tinha os povos da Costa como seus tributários. A Confederação dos Jalofos fazia fronteira ao Norte com o rio Senegal, ao Sul com o rio Gâmbia e à Leste com o Futa Toro senegalês, terra onde vivia o povo fula – também chamado como fulbe, na época, e atualmente conhecido como fulbe.

O povo jalofos, já islamizados, estendia-se em maior número pelo interior e tinha lá o centro de seu poder, controlando a passagem das caravanas saarianas que atravessavam a sua região de norte a sul. A Confederação dominava as províncias costeiras do Waalo, Caïor (Kayoor), Baol, Sine (Siin) e Wuli.

O explorador alemão Heinrich Barth, que percorreu a região em meados do XIX, dá conta de que este nome lhes foi dado pelos fulbe, de pele mais clara, e seria uma corruptela da palavra “olof”, que em seu idioma significa negro.¹² Boubacar Barry afirma que a Confederação dos Jalofos formou-se durante a crise de sucessão do *Mansa Sulayman*, chefe do poderoso Império do Mali que dominava a região desde de o arco do Níger até as costas da Senegâmbia, em meados do século XIV.

¹¹ PARK, Mungo. **Travels in the interior district of Africa**. Realizado sob a direção da African Association nos anos de 1795, 1796 e 1797. Londres, 1799.p. 195.

¹² TAUXIER, L. Le noir de Bondoukou. Koulangos-Dyolas-Abrons, Paris, 1921, p. 14. Apud:BELTRÁN, G. A. **The Rivers of Guinea**.*Op. Cit.*(Jul. 1946). p. 294.

Almada descreve que, diferentemente dos fulos, os jalofos se organizam por linhagens matrilineares, costume também observado entre os barbacins e mandingas. Os homens usavam “batas, calças e carapuças, cabelos trançados. Levavam espadas de três palmos e meio, sem guarda”. O autor ressalta ainda que estes negros são “bons cavaleiros, milicianos disciplinados e homens de guerra”.¹³ Reparem que o juízo de valor apresentado por Almada sobre os jalofos aqui não é de forma alguma negativo ou de inferioridade.

De fato, parece que os jalofos eram excelentes cavaleiros e lutavam a cavalo. Por esta razão, estes animais tinham grande valor comercial na região desde a sua introdução pelas caravanas séculos antes. Os cavalos eram extremamente importantes na guerra e nas relações sociais, possuir cavalos e até mesmo crinas de cavalos era sinal de riqueza e status social entre diversos povos da Costa. Entre os jalofos não era diferente. Aguirre Beltrán cita que a entrada de cativos jalofos chegou a ser proibida na ilha de Hispaniola (atuais Santo Domingo e Haiti) em fins do século XVI, muito provavelmente por seu caráter belicoso e sua extrema habilidade em combate a cavalo.¹⁴ No entanto, a sobrevivência destes animais em terras do mosquito Tsé-tsé e da doença do sono era extremamente difícil, assim como a sua reprodução. A única solução era importá-los. Isto incentivou a criação de cavalos pelos portugueses em Cabo Verde, como uma das grandes moedas de troca para o resgate na Guiné.¹⁵

Almada nos informa, ainda, que os jalofos são grandes criadores de gado vacum e cabrum, mas que seus cavalos, assim como os dos mandingas e berbacins, vêm da terra dos fulos. Isto parece confirmar que a maior parte dos cavalos vinha através das caravanas e que estas tendiam a não vender fêmeas para evitar a criação local e manter a clientela. Entretanto, a incidência da doença do sono parece ser a razão mais adequada para a necessidade de importação destes animais.

¹³ ALMADA, “Tratado Breve ...” *Op. Cit.* Doc. 92.

¹⁴ BELTRÁN, G. A. *The Rivers of Guinea*. *Op. Cit.* (Jul. 1946). p. 292.

¹⁵ WEBB JR, J. *The horse and the slave trade between the Western Sahara and Senegambia*. *The Journal of African History*, vol. 34, Nº 2 (1993), pp. 221-246.

Segundo o mesmo autor, os jalofos davam extremo valor ao sal, produto que era trazido desde o rio Gâmbia por mercadores mandingas, o que alimentava o comércio intra-regional muito antes da chegada dos portugueses. Somente os reis e senhores jalofos tinham acesso ao sal e em troca davam ouro, escravos e panos finos. Porém, após a chegada dos portugueses e sua instalação em Cabo Verde, estes últimos tenderam a substituir os mandingas intermediando o comércio de sal na região. Ao que parece, os resgates da Guiné tornaram os portugueses os principais agentes comerciais locais, dominando também o comércio intra-regional, além do trato com a Europa e a América.

Sobre os costumes dos jalofos, Almada indica que eles tinham entre seus hábitos se alimentarem “galinhas pintadas” (hoje chamadas d’angola), vacas, cabras, lebres, coelhos e gazelas, além de arroz, milho (maçaroca e branco), gergelim, manteiga, mel e leite. O que é particularmente interessante notar é que a maior parte destes alimentos foi introduzida com sucesso nas ilhas do Cabo Verde e passou a fazer parte da alimentação dos colonos, principalmente o milho.

Sobre as suas roupas e vestimentas, eram de muito bom algodão, tingido de preto, branco ou anil. Nos portos do sul, no Wuli, durante muito tempo se comerciou com os portugueses que intermediavam também o comércio local de couros, marfim, cera, goma, âmbar e ouro e, sobretudo, escravos.

Ao longo dos séculos XV e XVI, a Confederação dos Jalofos e toda a região passaram por abalos políticos, econômicos e demográficos motivados pelo desvio das rotas tradicionais de comércio do interior para o litoral após a chegada dos portugueses. Este fato concorreu para a mudança das configurações políticas e econômicas internas da Confederação dos Jalofos, e contribuiu para o seu desmembramento, à mediada em que as províncias costeiras foram conquistando sua autonomia. A mudança do eixo econômico fortaleceu principalmente os chefes militares locais, chamados *sebbe* (*ceddo*, no singular), e sua violência arbitrária.

No final do século XVI, portanto, já não havia mais a Confederação dos Jalofos. Suas províncias se emanciparam e surgiram novos estados no litoral. Durante o período

que escreve Almada, o rei do Caior, chamado Gudumel, tenha expulsado os portugueses dali para privilegiar o trato com ingleses e franceses, o comércio seguiu nas mãos dos lançados afro-portugueses que dominavam as rotas mercantis terrestres e dos rios da região. Homens como o cristão-novo João Ferreira, natural do Crato, a quem Almada atribui grande destaque por ter se tornado genro do Grande-Fula. João era conhecido como Ganagoga, “aquele que fala todas as línguas”, em fula, e, ainda segundo Almada, chegou mesmo a dominar o comércio de marfim na região com a licença do senhor de Casão – que poderia ser provavelmente o porto de Casão, no Wuli, ou a cidade de Kasa, que empresta seu nome ao rio Casamance – *Mansa*, vale lembrar, era o antigo título do chefe do Mali, significando senhor ou rei entre muitos dos povos da região.¹⁶

Ao sul de Caior, na margem norte do rio Gâmbia, vivem os barbamins e os borçalos de que nos fala Álvares d’Almada. Ambos são povos sereres e aparecem em nosso mapa como sendo os habitantes dos territórios de Sine e Salum, respectivamente. Estes povos não eram islamizados e com eles viviam muitos lançados.

No final do século XVI, os barbamins estavam divididos entre os súditos do reino do Gudumel de Caior, ao norte, e os do reino de Borçalo, ao sul. É provável que barbamins sejam os Berbesi das listas de escravos no México que Gonzalo Aguirre Beltrán consultou para o seu **Tribal origins of slaves in Mexico**. Barbamins cultivavam o milho, o arroz, feijões, tomavam vinho de milho e vinho de Palma. Almada relata que eles eram animistas, pois cultuavam a lua nova e as grandes árvores eram tidas como templos onde se sacrificavam animais. Ao lado destes, estava o reino de Borçalo, onde viviam barbamins, jalofos e mandingas, cada um com um capitão-governador designado pelo rei.

Em fins do XVI, a região do rio Gâmbia abrigava, efetivamente, muitos reinos. Próximo ao reino de Borçalo situava-se o reino mandinga de Cantor, vassalo do reino do Gabu, os senhores de toda a região do rio Gâmbia. Os habitantes de Cantor, ou Kantora, eram guerreiros bastante belicosos e atacavam com azagaias extremamente peçonhentas. Não era qualquer navio que podia subir o rio e as tripulações tinham que

¹⁶ ALMADA, “Tratado Breve ...” *Op. Cit.* Doc. 92.

estar sempre atentas às emboscadas, pois os mandingas construía fortalezas ao longo dos estreitamentos do rio. Almada destaca também que, ao longo do rio, havia mais religiosos muçulmanos do que em qualquer outra parte da Guiné.

Estes religiosos andavam sempre com pequenos livros encadernados e material para escrever, e mantinham contato, frequente com caravanas de outros reinos da região. Os principais produtos do resgate nesta área são “cavalos, roupa branca da Índia, contaria da Índia, de Veneza, pano vermelho, papel, cravo, manilhas de cobre (...) e entre todas a mais estimada é a cola, fruto que se dá na Serra Leoa e seus limites; e vale tanto neste Rio, que dão tudo a troco dela, assim com roupa, escravos e ouro.”

Em 1578, na cidade de Sutuco, no Wuli, à margem do rio Gâmbia, Álvares d'Almada encontrou as grandes cáfilas. Provavelmente estas cáfilas vinham do reino Denyanke dos Fulbe, no Senegal, a terra do Grande-Fula, pois o tempo de viagem é o mesmo que as cáfilas fulas levavam no século seguinte para viajar até o sul e comerciar com os ingleses. Este fato provocava espanto nos franceses que tinham sua companhia de comércio no Senegal.

Almada faz ainda menção a relatos correntes na região de uma grande guerra, acontecida cem anos antes do momento em que ele escreve, envolvendo fulas, mandingas e vários outros povos da região que ainda aparecerão neste tópico, como, por exemplo, cassangas, bunhuns, buramos e beafares. O autor refere-se, muito provavelmente, à grande migração de fulas comandados por Kolly Tengela que revolucionou a Senegâmbia em fins do século XV, a qual foi seguida pela ascensão do reino Denianke, no vale do rio Senegal, e do reino do Gabu, entre o Casamance e o Gâmbia.

Cabe, aqui, apresentar o reino do Gabu e os reinos dos beafadas, na atual Guiné Equatorial, e dos sapes, na Serra Leoa, os últimos lugares em que os homens de Cabo Verde conseguiam resgatar sem a interferência de franceses e ingleses no final do século XVI.

O Gabu era um reino mandinga fundado em fins do século XIII após a migração deste povo desde o Arco-do-Níger. Eles eram tributários do Mansa do Mali, pois conquistaram e governavam esta terra em nome dele. A organização dos povos da Costa da Senegâmbia em sua maioria se dava da seguinte forma, como explica Almada sobre o senhor de Kasa:

Sem embargo deste Rei ser poderoso, dá obediência a um Farim que é entre eles como imperador, e este a dá a outro que fica por sobre ele, e desta maneira vão dando obediência uns aos outros até irem dar ao Farim de Olimansa, digo Mandimança, que é imperador dos negros, donde tomaram este nome os Mandingas, e Casamansa, (...).¹⁷

Ou seja, os reis a que ele se refere são os chefes locais, encarregados da justiça e da arrecadação dos tributos a serem passados ao *Farim*, antiga designação para o governador mandinga vassalo do Mali. O fato de ainda no final do século XVI, os senhores de Kasa e do Gabu se intitularem *Farim* denota a primazia mesmo que simbólica do Mandimansa, o Imperador do Mali.

Segundo Jean Boulègue,

ao sul do Gâmbia, a maior parte da região dependia em principio do império do Mali, mas, desde o século XVI, isto não era mais que uma autoridade de referência que se diluía através de múltiplas ligações. O *Mansa* do Mali era representado por quatro grandes *farins* (*faren*, chefe, em mandinga).¹⁸

Outro viajante a registrar tal disposição política e social na região é André Donelha, em 1615.

Através de relatos como os de Almada e Donelha e da análise de Boulègue, se apresentam diante de nossos olhos sociedades de grande diversidade étnica que formam

¹⁷ *Idem. Ibidem.* p. 298.

¹⁸ BOULÈGUE, J. “Présences portugaises et sociétés africaines sur la côte de la ‘Guinée du Cap-Vert’ aux XVIe et XVIIe siècles”. In: LANG, Jürgen. **Cabo Verde: origens de sua sociedade e do seu crioulo**. Tübingen: Günter Narr Verlag. pp. 48-49. “Au sud de la Gambie, (...) la majeure partie de la région dépendait en principe de l’empire du Mali mais, dès le XVIe siècle, ce n’était plus qu’une autorité de référence qui se diluait à travers de multiples relais. Le *Mansa* du Mali était représenté par quatre grands *farins* (*faren*, chef, em manding)”. (Tradução minha).

unidades políticas de dimensões territoriais bastante restritas, às quais Almada chama de “reinos”. Toda esta diversidade, juntamente com a enorme distância e a frouxidão de laços que separavam a Costa da Senegâmbia do império do Mali, contribuiu largamente para a formação e ascensão de novos poderes ao ocaso daquele. O fato de o Farim de Kasa, no reino do Gabu, assumir o título de Kasa-Mansa – inclusive emprestando este nome ao rio –, por exemplo, só vem corroborar esta ideia.

Em todas estas terras e nos rios Casamance, Grande, São Domingos até a Serra Leoa, os vizinhos de Cabo Verde tinham tratos e resgates, andando por toda a parte, se instalando junto de falupes, buramos, beafares e sapes. Lutando e tentando se impor aos hostis bijagós, muitas vezes se lançando à própria sorte sem o auxílio nem sequer autorização da coroa portuguesa. Estes homens foram os pioneiros do comércio e da colonização de matriz europeia na região – por isso eram chamados lançados ou tangomaos –, asseguraram os investimentos iniciais para suportar o tráfico atlântico e sustentar a ocupação do Novo Mundo. Claro que neste comércio muitos dos que nele obtiveram lucro não pensavam em construir um projeto colonial, mas antes em simplesmente fazer fortuna.

Por tudo isso, o Tratado de Almada constitui-se em um documento essencial para compreender os limites da atuação desses atores sociais e, portanto, para a história de Cabo Verde e da Senegâmbia na Idade Moderna. Porém, além disso, ele apresenta grupos sociais e interações entre europeus, africanos e euro-africanos que desempenharam papéis fundamentais para a operacionalidade da conquista colonial, já que, neste período, se formaram saberes e grupos sociais indispensáveis à conquista europeia de África pós-Revolução Industrial.

Segundo Thornton, o desenvolvimento do comércio entre europeus e africanos se deu sem que os produtos europeus e suas interações atuassem de forma predatória sobre os mercados africanos.¹⁹ O autor destaca o fato de a Europa oferecer produtos que, em sua maioria, os africanos já possuíam, e de melhor qualidade, para refutar a tese de

¹⁹ THORNTON, J. A *África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Rodney de que a Europa teria contribuído para manter o subdesenvolvimento da África desde o tráfico atlântico.²⁰

Os relatos de Almada e Donelha apontam que, pelo contrário, os potentados locais determinavam o funcionamento do tráfico de escravos, fiscalizavam e cobravam seus direitos. A soberania dos territórios permaneceu, até finais do século XIX, nas mãos dos poderes africanos.

Outro viajante do XVII, Richard Jobson, em sua descrição do rio Gâmbia, revela que a maioria do comércio com os navios visitantes era realizada por portugueses (do Cabo Verde) perto da foz do rio.²¹ Assim, os europeus não costumavam penetrar muito o território em suas viagens comerciais. Os africanos eram vistos mais como parceiros do que como objetos de sua ação civilizatória. Se havia algum propósito de imposição cultural na relação entre eles, este estava reservado à conversão e à catequização dos gentios, mas esta tendeu a ser realizada apenas com os homens escravizados e exportados via tráfico atlântico, e teria acontecido já fora do continente africano. Mesmo na cidade de Cacheu, onde os portugueses possuíam uma feitoria-fortaleza e pagavam foro-de-chão ao poder local, a atividade missionária era pequena e insuficiente até para dar conta da comunidade católica.

Se os europeus não penetravam o continente de forma sistemática e organizada, podiam contar com indivíduos empreendedores que se estabeleciam comercialmente e socialmente na região. Estes formavam comunidades euro-africanas especializadas na mediação de uma ponta do tráfico de escravos com a outra. Uma que vende, outra que compra e exporta para o Atlântico.

Não foram poucos estes agentes comerciais e não foi pequena a sua participação no comércio atlântico, as comunidades de afro-portugueses espalhadas por toda a Costa passaram a dominar o comércio local. Já citamos o caso do cristão-novo João Ferreira, que se tornou genro do Grande-Fula e dominou o trato de marfim entre os rios Gâmbia

²⁰ RODNEY, W. **How Europe underdeveloped Africa**. 1973.

²¹ JOBSON, R. **The golden trade; or the discover of the R. Gambia and the golden trade of Aethiopians**. Londres, 1623.

e Senegal, mas outro caso notável e igualmente sintomático das características dos grupos de lançados é o de Dona Catarina. Em 1681, o navegador inglês John Barbot a encontra na cidade de litorânea de Rufisque, no Caio, e a apresenta como uma rica dama negra viúva de um comerciante português. Ao que parece, era costume nas comunidades afro-portuguesas na região o comércio ser controlado por mulheres viúvas de lançados lusos.²²

Estas pessoas que dominavam as dinâmicas europeia e africana ocupavam uma posição estratégica na mediação do comércio e nas trocas culturais, sendo, eles mesmos, resultado de apropriações e adaptações culturais a que Fernando Ortiz chamou de transculturação.²³ Aliás, esse conceito foi bastante utilizada por Mary Louise Pratt para elaborar seu conceito de “zona de contato”, assunto ao qual voltarei mais adiante.

André Donelha observou que Gaspar Vaz, um intérprete e alfaiate mandinga que foi escravo de um amigo de Donelha e tinha uma relação próxima com o “Duque” de Cassanga (também dita Casão), poderia conseguir para ele preços “usuais” por suas mercadorias, ao invés do preço cobrado frequentemente aos estrangeiros.²⁴ Certamente, essa ajuda não ficaria sem recompensa.

Africanos capazes de dialogar com a cultura europeia – muito em função de sua participação no comércio negreiro – e comunidades euro-africanas tiveram importância quando da conquista imperialista e da instalação do colonialismo e, inclusive, posteriormente, no funcionamento das sociedades coloniais.

Johannes Fabian, em seu livro **Out of ours minds**, apresenta o viajante europeu presente nos relatos do século XIX como um indivíduo solitário, um desbravador, descobridor, lançando luzes sobre um continente mergulhado nas trevas da ignorância. O europeu ignorava o interior do continente, pois havia realizado suas trocas apenas no

²² BARBOT, John. **Description of the Coasts of North and South-Guinea, and of Ethiopia Inferior, vulgarly Angola, being a new and accurate Account of the Western maritime countries of Africa.** six books, 1737.

²³ ORTIS, F. **Los negros curros:** Havana: Editorial de ciencias sociales, 1986.

²⁴ DONELHA, A. **Descrição da Serra Leoa.** Fl. 25.

litoral durante séculos, mas os seus intermediários conheciam, e muito bem, os caminhos e costumes do interior.

Fabian chama a atenção para o fato de que o viajante só parecia sozinho e isolado em seu relato, mas, na verdade, raramente viajava sem outro europeu, sem acompanhantes locais então, nem se fala. Uma expedição era uma empreitada complexa que necessitava de planejamento e amparo local. Para o sucesso de uma expedição exploratória, ainda que travestida de expedição científica, contribuía intérpretes, guias, carregadores e soldados, dentre outros intermediários.

O autor cita, por exemplo, o caso do africano educado à ocidental Kornelius Bardo, que gerenciou a caravana de Büttner Kornelius, mas que, anteriormente, havia servido à expedição germânica ao Congo e, somente quando esta se desfez, se juntou a Büttner. Bardo era chamado entre os Yaka de “mundelendombe”, o “homem branco negro”, ou seja, um homem negro com hábitos, conhecimento e status de homem branco. Ele havia sido educado numa missão e havia vivido alguns anos na Europa. Este conhecimento lhe credenciou para atuar como intermediário entre Büttner e os africanos, gerenciando os problemas logísticos da expedição. Sua contribuição valorosa lhe valeu a menção, entre parênteses, na página final do relato de Büttner, como “fiel companheiro Kornelius, quem, posso afirmar, era o único negro honesto que vi na África Ocidental”.²⁵

Apesar da falta de reconhecimento por parte dos viajantes em seus relatos, o papel de pessoas como Kornelius foi fundamental para o sucesso das expedições. Além deles, as mulheres dos carregadores e soldados cumpriam função de apoio, caminhando à frente e preparando as instalações e os alimentos nos pontos de parada.

Outros que ajudavam muito eram os comerciantes estabelecidos nos pontos de partida e parada das caravanas. Eles proviam alimentos, guias carregadores e até soldados. “Assim, a noção de que expedições eram, em termos logísticos,

²⁵ FABIAN. *Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa*. Los Angeles: University of Carolina Press, 2000. p. 32

exclusivamente operações europeias metropolitanas está errada, mesmo se alguns viajantes projetem tal imagem”.²⁶

De tal maneira, os viajantes europeus do XIX, cientistas, exploradores, desbravadores, colonizadores, contavam com o auxílio de pessoas que há muito tempo conviviam numa “zona de contato”, uma área de intercâmbios culturais entre europeus e africanos. Mary Louise Pratt resgata a ideia de transculturação do já citado ensaísta e folclorista cubano Fernando Ortiz para explicar a automodelagem crioula. Segundo ela, “o termo ‘transculturação’ serve para descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante”. Ou seja, se não podem determinar aquilo que emana da cultura dominante, os povos subjugados podem sim estabelecer, “em graus variados, o que absorvem em sua própria cultura e no que utilizam”.²⁷

Mesmo que o olhar europeu tenda a rebaixar cada vez mais o africano para dominá-lo. Como quando Josef Conrad descreve o “selvagem” que ficava abaixo dele alimentando a caldeira de seu navio a vapor, dizendo que “olhar para ele [o africano] era tão edificante quanto ver um cão numa paródia, vestindo culotes e chapéu de pena, caminhando nas patas traseiras”.²⁸

A “missão civilizadora”, que, supostamente, deveria tornar os homens iguais em civilização, fabricou o racismo que garantia ao homem branco sua posição superior. Segundo Albert Memmi, em **O retrato do colonizado precedido do relato do colonizador**, “o colonialista nunca decidiu transformar a colônia à imagem da metrópole, e o colonizado à sua imagem. Ele não pode admitir tal adequação, que destruiria o princípio de seus privilégios”.²⁹

²⁶ “Thus, the notion that expeditions were, in terms of logistics, exclusively metropolitan European operations is clearly erroneous, even if some travelers projected such image”. (tradução minha)

²⁷ PRATT, M. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

²⁸ CONRAD, J. *No coração das trevas*. São Paulo: Hedra, 2010. p 76.

²⁹ MEMMI, A. **O retrato do colonizado precedido do relato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 106.

No entanto, para levar a cabo seu projeto expansionista, sob a justificativa civilizatória apoiada na ciência, os europeus precisaram de parceiros preferenciais com quem dialogar e se apoiar. Era preciso um mediador local africano, porém em um lugar subalterno, que não representasse uma ameaça, mas que colaborasse. Isso, eles encontraram nas camadas “mestiças”, capazes de mediar as culturas conflitantes e facilitar a conquista colonial, formadas, ao longo de séculos, no tráfico atlântico.

Bibliografia:

ALMADA, A. “Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras...”. In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**. 2ª série. Volume III. Doc. 92. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

BARBOT, John. **Description of the Coasts of North and South-Guinea, and of Ethiopia Inferior, vulgarly Angola, being a new and accurate Account of the Western maritime countries of Africa**. In six books, 1737.

BELTRAN, G. A. **The Rivers of Guinea**. *The Journal of Negro History*, Vol. 31, Nº 3, pp. 290-316. (Jul. 1946).

BELTRAN, G. A. **Historical Background**. *The Journal of Negro History*, Vol. 31, Nº 3, pp. 269-289. (Jul. 1946).

CONRAD, J. **No coração das trevas**. São Paulo: Hedra, 2010.

BOULÈGUE, J. “Présences portugaises et sociétés africaines sur la côte de la ‘Guinée du Cap-Vert’ aux XVIe et XVII siècles”. In: LANG, Jürgen. **Cabo Verde: origens de sua sociedade e do seu crioulo**. Tübingen: Günter Narr Verlag.

DONELHA, A. **Descrição da Serra Leoa**. Fl. 25.

FABIAN. **Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa**. Los Angeles: University of Carolina Press, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2007.

JOBSON, R. **The golden trade; or the discover of the R. Gambia and the golden trade of Aethiopians.** Londres, 1623.

MEMMI, A. **O retrato do colonizado precedido do relato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ORTIS, F. **Los negros curros:** Havana: Editorial de ciências sociais, 1986.

PARK, Mungo. **Travels in the interior district of Africa.** Realizado sob a direção da African Association nos anos de 1795, 1796 e 1797. Londres, 1799.p. 195.

PELLISSIER, R. **História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia, 1841-1936.** Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PRATT, M. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999.

RAMINELLI, R. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância.** Rio de Janeiro: Alameda, 2008.

RODNEY, W. **How Europe underdeveloped Africa.** 1973.

THORNTON, J. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WEBB JR, J. **The horse and the slave trade between the Western Sahara and Senegambia.** *The Journal of African History*, vol. 34, N° 2 (1993), pp. 221-246.